

## Congresso deve concluir neste ano ciclo de reformas

O Congresso Nacional deverá concluir até dezembro o ciclo de reformas iniciado há cinco anos. A informação foi transmitida pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a uma comitiva de empresários norte-americanos que visitou a Casa.

PÁGINA 3

Ao receber a comitiva de empresários, Antonio Carlos destacou a importância da reforma tributária



CAS

## Enfermeiro pode ter jornada de seis horas

PÁGINA 8

CCJ - CRE

## Aprovado o Ministério da Defesa

PÁGINA 7

# Comissão quebra sigilo de remessas para o exterior

BC deverá enviar à CPI do Sistema Financeiro listagem com nomes dos responsáveis pelo envio de dinheiro para fora do país. Receita Federal irá colaborar com as investigações

## CPI do Judiciário investiga novos casos

Os senadores da CPI do Judiciário decidem na próxima terça-feira quais denúncias, entre as que têm chegado ao Senado, serão investigadas daqui para a frente. Hoje, às 10h, a CPI toma novos depoimentos.

PÁGINA 6

A CPI do Sistema Financeiro decidiu quebrar o sigilo bancário de todas as remessas de dinheiro ao exterior nos últimos anos pelas chamadas contas CC-5. Nos próximos dias, a comissão receberá do Banco Central a listagem de nomes dos responsáveis pelas remessas, com os

respectivos valores. Os senadores deverão ouvir o procurador da República Celso Antônio Três, que analisou 20 mil dessas remessas para o exterior. A pedido da CPI, a Polícia Federal promoverá uma acareação entre ex-dirigentes do BC e o presidente do Banco FonteCindam.

PÁGINA 4



Os senadores da CPI do Judiciário deverão ouvir hoje, a partir das 10h, o depoimento do ex-contador do consórcio Itapemirim

TELEBRÁS

## ACM é contra retorno de ex-ministro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse não ver condições para o retorno do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros ao governo. No plenário, os senadores Eduardo Suplicy e Marina Silva voltaram a criticar o comportamento do governo no episódio do leilão da Telebrás.

PÁGINA 3

# CRE aprova texto que garante direitos indígenas

Acatada com o voto contrário do senador Mozarildo Cavalcanti, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho resguarda a soberania dos Estados que a promulgarem, destacou o relator, Tião Viana

## Comissão pode convocar ministro das Comunicações

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota hoje requerimento de autoria de sua presidente, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), convocando o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema Telebrás, um ano após a privatização. O requerimento pede que o ministro e o presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, Renato Navarro Guerreiro, façam um balanço dos serviços, "sob o ponto de vista do atendimento ao usuário".

Na pauta da CI encontram-se mais quatro itens, incluindo as federalizações das rodovias estaduais RR-170 e RR-480. Os projetos são de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e têm parecer favorável da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

## Plenário analisa crédito externo para o BNDES

O plenário do Senado discute hoje, em turno único, projeto de resolução que autoriza o BNDES a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 1,2 bilhão, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relator é o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Os senadores também apreciam projeto de resolução que autoriza a União a celebrar o aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, em 10 de janeiro de 1996.

Deverá ainda ser discutido projeto de resolução que autoriza a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname (Telesur), referente ao Convênio de Crédito firmado em 15 de dezembro de 1986. Os dois últimos projetos foram relatados na Comissão de Assuntos Econômicos pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

O texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que obriga os governos a garantirem os direitos dos povos indígenas e tribais em países independentes, foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A convenção resguarda a soberania dos Estados que venham a promulgá-la, não atribuindo às populações tribais o *status* de sujeito de direito internacional. Mesmo assim, o tema foi objeto de debate entre os senadores. A matéria será agora apreciada pelo plenário do Senado.

O relator do projeto de lei que aprova o texto da Convenção nº 169, senador Tião Viana (PT-AC), lembrou que o direito dos índios à terra já era reconhecido em 1966, quando o marechal Castello Branco ratificou a Convenção nº 107, anterior à nº 169. Para o senador, a aprovação do texto, que tramita no Congresso Nacional desde 1991, não traz nenhum tipo de prejuízo à soberania nacional.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que o problema é que os prin-



Dinah teve o nome aprovado para chefiar a embaixada do Brasil em Barbados



Também foi acatada a indicação de Taunay para a embaixada em Angola

cipais interessados, os índios, não são consultados quando governo e organizações internacionais formulam políticas. Mestrinho observou que os índios não querem permanecer no estado selvagem, mas sim evoluir e ter acesso aos benefícios da civilização.

A instituição de reservas indígenas do tamanho de países europeus, segundo o senador, representa a criação de "Kosovos" dentro do Brasil, pois os países que pressionaram o governo para a demarcação dessas reservas poderão um dia intervir militarmente, como estão fazendo na Iugoslávia. "Deveríamos cuidar dos nossos índios de maneira mais objetiva e menos poética", sugeriu.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ)

classificou a si próprio como um radical na questão indígena e disse que existe um genocídio cultural. "Um povo morre quando morre a sua cultura", afirmou. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) lembrou a luta de Darcy Ribeiro pela valorização da cultura indígena e afirmou que a aprovação da convenção é um compromisso de curto prazo anunciado pelo próprio governo.

O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) se absteve de votar e o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) votou contra a aprovação. Para Mozarildo, o fato de apenas 13 países terem assinado a convenção não justifica a urgência na apreciação do tema.

### EMBAIXADORES

A CRE também sabatinou ontem dois diplomatas indicados pelo presidente da República para representar o Brasil no exterior. Em seguida, aprovou pareceres favoráveis à indicação da ministra de primeira classe Dinah Flusser para a embaixada do Brasil em Barbados, e do ministro de primeira classe Jorge D'Escagnolle Taunay Filho para exercer o cargo de embaixador em Angola. As duas mensagens presidenciais vão agora à apreciação do plenário.

## Arlindo Porto defende mudanças no programa de crédito educativo

O programa de crédito educativo precisa ser profundamente alterado de modo que atenda de fato os estudantes carentes, defendeu ontem em plenário o senador Arlindo Porto (PTB-MG). Ele propôs a ampliação da parceria entre as autoridades federais e estaduais com as universidades, envolvendo também prefeituras, empresas e associações, e que as autoridades e lideranças locais passem a influir mais diretamente na administração da verba de financiamento aos estudantes.

Para o senador, o envolvimento de empresas poderia até aumentar o volume de

recursos disponíveis através de programas de estágio remunerado ou com oportunidade de trabalho com horários compatíveis. "É imprescindível ainda que se definam quais carreiras e cursos interessam à conjuntura nacional e ao seu planejamento estratégico", acrescentou.

Arlindo Porto defendeu também a volta do subsídio ao crédito educativo, dando-lhe o caráter de investimento.

De acordo com o senador, o sistema de crédito educativo está falido e o custo das mensalidades impede o acesso de milhares de estudantes às escolas particulares, assim como o Estado tem-se mostrado impotente também na

criação de novas vagas nas universidades públicas. "O número de contratos de crédito educativo deve atender, este ano, apenas 60 mil estudantes, diante de uma demanda estimada, pelo MEC, de 400 a 500 mil jovens brasileiros sem renda para pagar mensalidades", lamentou, informando que o orçamento destinado ao crédito educativo caiu de R\$ 225 milhões, em 1998, para R\$ 146 milhões, em 1999.

A este quadro de dificuldades, Arlindo Porto acrescentou ainda a disparidade da concessão do benefício e a inadimplência da ordem de 73% devido aos juros altos. Em apartes, os senadores Luiz Estevão (PMDB-DF), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) aplaudiram as preocupações de Arlindo Porto com o futuro do ensino no país.



Arlindo é a favor da volta do subsídio para o programa



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1999

### PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Projeto de Resolução nº 31/99, que autoriza a União a celebrar o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e o Suriname; \*Projeto de Resolução nº 32/99, que autoriza a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname (Telesur), referente ao Convênio de Crédito; \*Projeto de Resolução nº 53/99, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 1,2 bilhão, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); \*Requerimento nº 236/99, do senador Francelino Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 104 e 107, de 1999, por versarem sobre restrição ao consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais de passageiros; \*Requerimento nº 237/99, do senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 104 e 107, de 1999, por versarem sobre restrição ao consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais de passageiros; e \*Requerimento nº 242/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 15 e 30, de 1999, por versarem sobre data de posse do presidente da República, dos governadores, dos prefeitos e respectivos vices.

### COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: \*PLS nº 197/99, altera a Lei nº 5.917/73 (BR-174 a Santa Maria do Boiaçu); \*PLS nº 193/99, altera a Lei nº 5.917/73 (km 245 da BR-174 à BR-401); \*PLC nº 24/99, acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-Lei nº 227/67, com redação dada pela Lei nº 9.314/96; \*PLC nº 43/97, que dispõe sobre a apreensão de semoventes nas rodovias e respectivas faixas de domínio; e \*Requerimento nº 2/99, que convoca o ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, e o presidente do Conselho Diretor da Anatel, Renato Navarro Guerreiro, a fim de fazer um balanço do primeiro ano da privatização do sistema Telebrás, sob o ponto de vista do atendimento ao usuário. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*
- ▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro  
Pauta: Reunião interna de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
- ▶ 10h - CPI do Judiciário  
Oitivas: Joaquim Thomás Lopes, ex-advogado de Miramar da Silveira Lopes, e Antonio Carlos Moraes, contador. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327  
Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Empresários americanos visitam Senado

Em encontro ontem de manhã com uma comitiva de empresários norte-americanos, integrantes do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu que o Congresso Nacional deverá concluir até o final deste ano o ciclo de reformas iniciado cinco anos atrás. O senador destacou, em particular, a reforma tributária, considerada essencial pelos empresários para estimular os investimentos estrangeiros e o crescimento da economia nacional.

Liderados por Mário Villares e Gonzalo Dal Borgo, presidentes das seções brasileira e norte-americana do Conselho Empresarial, respectivamente, os empresários tiveram a oportunidade de ouvir de Antonio Carlos uma análise sobre a evolução dos grandes temas em apreciação pelo Legislativo. Transmitiram ao senador, por sua vez, a confiança na ação do Congresso para concluir o ciclo de reformas até o ano 2000.

Villares e Dal Borgo informaram que o senador Antonio Carlos Magalhães aceitou participar, como convidado de honra, da reunião plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, em outubro, em Washington (EUA).

## Patrocínio apóia programa para financiar a privatização

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) parabenizou a Caixa Econômica Federal pela iniciativa de instituir um programa especial de financiamento para facilitar a privatização de empresas prestadoras de serviços de saneamento básico, tendo como garantia ações dessas empresas.

Segundo Patrocínio, a privatização permitirá que vários objetivos sejam atingidos ao mesmo tempo, como a complementação de recursos do setor público pela iniciativa privada, maior eficiência e a ampliação do universo de serviços prestados. O senador disse que o programa também servirá para financiar os estudos necessários à realização da privatização, que depois serão pagos pela empresa vencedora da concorrência, sem onerar os cofres públicos.

"São 40 milhões de pessoas sem esgoto e mais de 9 milhões de casas sem coleta de lixo", destacou o senador, que somou a estes dados um déficit habitacional de 9 milhões de moradias. "Essa crise de saneamento e habitação", como disse Patrocínio, "vem acompanhada por uma crise das finanças públicas que atinge a União, os estados e os municípios".

— Como o governo não dispõe de recursos suficientes para financiar os investimentos prioritários na área de saneamento básico, é necessário atrair a iniciativa privada para suprir a deficiência atual na oferta desses serviços, como água tratada e esgotamento sanitário.

# ACM acha que volta de Mendonça de Barros ao governo é inviável

Presidente do Senado classifica de "brincadeira" mobilização da oposição em torno de possível *impeachment* do presidente após divulgação de diálogos sobre privatização

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem "não ver condições" para a volta do ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O senador destacou que entende "o prestígio que os membros do PSDB querem dar ao Mendonça de Barros", mas afirmou que, independentemente da justiça ou não dos fatos, "é preciso ter respeito pela opinião pública". Na avalia-

ção de Antonio Carlos, a movimentação do PSDB para prestigiar o ex-ministro ocorreu "em hora inadequada".

O presidente do Senado considerou "uma brincadeira" a mobilização de parlamentares de oposição visando ao

*impeachment* do presidente da República, iniciada após divulgação de fitas com diálogos entre Fernando Henrique Cardoso e o então presidente do BNDES, André Lara Rezende, sobre a privatização da Telebrás.

## Marina repudia acusações contra a oposição

"Os fatos relatados pela oposição não são fruto de sua inventividade", afirmou ontem a senadora Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição, ao considerar injusta a alegação do governo e dos partidos que o apóiam de que a imprensa e a oposição fizeram sensacionalismo com as fitas que revelam conversas de autoridades públicas concernentes ao leilão do sistema Telebrás.

Para a senadora, nem a imprensa nem a oposição criaram dolo para difamar o governo. "São fatos consistentes no conteúdo de fitas gravadas e nada anula o que ali está dito", disse, anunciando que o PT, juntamente com as demais lideranças interessadas na CPI, defendem a abertura da comissão de inquérito por entender que "esse é o melhor instrumento para passar o país a limpo".

No caso do sistema Telebrás, disse Marina Silva, o governo teria se utilizado de recursos públicos para ajudar no processo de privatização, fazendo o que

ela denominou de "privatização estagiada". Ela explicou que, ao colher assinaturas para a criação de uma CPI, o que a oposição está fazendo é lançar mão de um instrumento legítimo, criado pela Constituição de 1988, para investigar irregularidades.

Ela defendeu uma CPI mista, observando que, se houver inocentes, que sejam inocentados, e que, se houver culpados, que sejam punidos. Também comentou que o conteúdo das conversas trazidas a público revelam linguagem pouco adequada a um processo de privatização que deveria acontecer dentro da mais absoluta lisura.

Marina Silva também referiu-se a nota divulgada pela Executiva do PFL, a qual trata os interessados na CPI como parlamentares insatisfeitos por terem sido derrotados e que não perdem a oportunidade de criar episódios para levar o governo ao desgaste. Também referiu-se à entrevista em que o presidente da República disse que, a todo momento, estão expondo as tripas do



Para Marina, CPI servirá para identificar os inocentes e os culpados no episódio

Brasil.

"Não haveria nenhum problema se as vísceras do Brasil fossem expostas, desde que isso não resultasse em cheiro desagradável", afirmou Marina

Silva. Em apartes, os senadores Heloisa Helena (PT-AL), Tião Viana (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Geraldo Cândido (PT-RJ) também repudiaram a nota do PFL.

## Suplicy contesta argumento de que leilão das teles não se encaixa na Lei 8.666

A Lei 8.666 define, em seu artigo 22, que leilão é uma das modalidades de licitação, afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ontem para rebater o argumento dos aliados do governo de que ao leilão do sistema Telebrás não se aplicaria a legislação referente às licitações, justificando assim a atitude do governo no sentido de orientar a Previ a se associar a um dos consórcios.

O senador disse que esta ação, de acordo com a lei citada, pode ser ca-

racterizada como quebra dos princípios legais. "Constitui, portanto, dever constitucional da oposição exigir a apuração dos fatos através de comissão parlamentar de inquérito", explicou Suplicy.

Ele informou ainda que o edital de privatização das empresas de telecomunicações estabelece que este processo "obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade".



Suplicy lembrou que edital de privatização também deveria obedecer aos princípios constitucionais de toda licitação

## Álvaro quer verificar o cumprimento de cláusulas

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem requerimento solicitando ao ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, informações a respeito do suprimento de bens e serviços às empresas de telecomunicações constituídas quando da privatização do sistema Telebrás.

Ele quer saber se as concessionárias do serviço telefônico fixo comutado estão cumprindo a cláusula 15.8 dos contratos de concessão celebrados com a União mediante a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Essa cláusula estabelece que, na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais, a concessionária se obriga a considerar ofertas de fornecedores independentes, inclusive os nacionais.

"Não é o que se tem observado", afirmou Álvaro Dias. Amparado em informações reveladas em CPI realizada pela Assembleia Legislativa de São Paulo, ele sustentou que as empresas concessionárias estão firmando contratos de assistência técnica e prestação de serviços com suas controladoras internacionais, "em detrimento de fornecedores nacio-



Álvaro Dias: concessionárias não estão cumprindo acordo firmado com Anatel

nais, que oferecem qualidade equivalente e preços inferiores".

Ele explicou que essa estratégia de comprar bens e serviços de empresas estrangeiras está resultando na falência de vários fornecedores, mediante "mecanismo de intermediação extremamente perverso". Ele disse que as controladoras internacionais contratam fornecedores que ainda não dispõem de experiência técnica e empresarial no país. Daí por que deseja que o ministro das Comunicações esclareça o assunto e diga que providências estão sendo tomadas.

# CPI quebra sigilo das remessas para o exterior

Comissão do Sistema Financeiro pede ao Banco Central levantamento completo das chamadas contas CC-5. Relator anuncia que procurador do Paraná que fez denúncia sobre lavagem de dinheiro será ouvido pelo Senado

A CPI do Sistema Financeiro decidiu quebrar o sigilo bancário de todas as remessas de dinheiro para o exterior nos últimos anos pelas chamadas contas CC-5, do Banco Central. O BC deverá enviar nos próximos dias a listagem com nomes e valores de remessa aos senadores da CPI, os quais pretendem repassá-la à Secretaria da Receita Federal, para investigações.

A decisão foi tomada depois que o secretário da Receita, Everardo Ma-

ciel, fez um depoimento sigiloso à CPI, na noite da última terça-feira. Para o secretário, tais contas costumam ser usadas para lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas, do contrabando e do "caixa dois" de empresas.

O relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), afirmou em entrevista que, ao mesmo tempo em que serão investigadas as remessas pelas CC-5, a comissão de inquérito deverá ouvir o procurador da República

Celso Antônio Três, de Cascavel (PR). Conforme a revista *Veja* desta semana, o procurador analisou cerca de 20 mil remessas atrás de dinheiro de contrabando e de tráfico de drogas, tendo concluído que 310 pessoas foram usadas como "laranjas" por aqueles que queriam ficar no anonimato.

De acordo com o procurador, há suspeita de que aproximadamente R\$ 5 bilhões remetidos ao exterior sejam "dinheiro sujo". Uma boa parte das

pessoas usadas como "laranjas" não sabia que seus documentos tinham sido utilizados ilegalmente. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento que originou a CPI, disse ter informações de que saíram do Brasil, pelas CC-5, nos últimos 7 anos, cerca de US\$ 60 bilhões.

Já o senador João Alberto revelou ter documentos comprovando que Salvatore Cacciola usou bastante as contas CC-5 para enviar dinheiro ao exterior. "Com a quebra de sigilo, vamos colo-

car tudo isso a limpo", afirmou em entrevista à imprensa o relator.

A CPI reúne-se hoje, às 10h, para discutir, entre outros assuntos, quem serão os próximos convocados para depoimentos. Deverá ainda ser votado requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propondo a convocação de presidentes de bancos, brasileiros e estrangeiros, que participaram de alguma forma do programa de reestruturação do sistema bancário (Proer).

Cláudio Mauch será acareado com presidente do FonteCindam e ex-chefe da Fiscalização do BC



## PF fará acareação de três testemunhas já ouvidas

A Polícia Federal irá fazer uma acareação entre Cláudio Mauch, ex-diretor de Fiscalização do Banco Central, Luiz Antônio Gonçalves, presidente do Banco FonteCindam, e Tereza Cristina Grossi, ex-chefe do Departamento de Fiscalização do BC. A acareação foi pedida pela CPI do Sistema Financeiro, a requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador entende que os depoimentos dos três à CPI e à Polícia Federal "são absolutamente contraditórios", pois "cada um buscou desvincular-se do processo decisório" que levou à

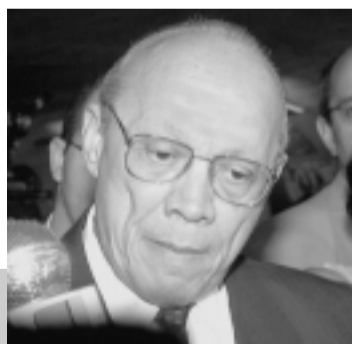
venda de contratos de dólar na Bolsa de Mercadorias & Futuros.

Cláudio Mauch, lembra Suplicy em seu requerimento, afirmou que "o pessoal do Departamento de Fiscalização" teria participado das negociações sobre o FonteCindam, e não ele próprio. Já a ex-chefe do Departamento de Fiscalização, Tereza Grossi, disse que não participou de tais negociações. Por sua vez, o ex-presidente do FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves, disse que conversou várias vezes com Cláudio Mauch sobre a operação.

## Senadores vão à CVM para checar emissão de debêntures

Os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e João Alberto (PMDB-MA) irão hoje e amanhã à sede da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Rio de Janeiro, para examinar o lançamento de debêntures de várias empresas, principalmente aqueles realizados pela Teletrust. Conforme denúncia recebida pela CPI dos Bancos, a Teletrust lançou no exterior mais de R\$ 300 milhões em debêntures de empresas brasileiras, apesar de seu capital se limitar a R\$ 10 mil.

A CPI já solicitou à CVM a quebra de sigilo de operações com debêntures desde 1995, mas ainda não recebeu documentos. A CVM pediu que a comissão de inquérito informasse quais lançamentos são do interesse dos senadores, pois todas as operações somam



João Alberto: empresa Teletrust lançou R\$ 300 milhões em títulos com capital de apenas R\$ 10 mil

mais de 300 mil folhas. Tal quantidade de papéis poderia dificultar os trabalhos da própria CPI, conforme alegação da diretoria da CVM.

## Relatório preliminar sai na quarta-feira

O senador João Alberto (PMDB-MA) informou à imprensa que pretende convocar uma reunião extraordinária da CPI do Sistema Financeiro para a próxima quarta-feira, quando apresentará seu relatório preliminar, abrangendo investigações sobre a venda de dólares pelo Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam e o vazamento da informação de que haveria mudança cambial no dia 18 de janeiro último.

João Alberto espera receber neste final de semana informações da Secretaria da Receita Federal sobre a devassa que os auditores vêm fazendo nas declarações de renda e contas bancárias dos dirigentes dos bancos Marka e FonteCindam, três ex-diretores do Banco Central e pessoas ligadas à consultoria Macrométrica. Os resultados das auditorias poderão ser incluídos no relatório preliminar, desde que cheguem até a próxima

segunda-feira.

– Neste relatório preliminar, pretendo dar minha visão sobre o tal "risco sistêmico", argumento usado pelo Banco Central para justificar a venda de dólares a preços abaixo da cotação – disse o senador João Alberto.

O relator acrescentou não ter intenção de tipificar os crimes que porventura ele veja nas operações. "Isso ficará para o Ministério Público", assinalou.

## Emenda do limite de juros deverá ser votada no dia 9

O presidente do Senado encerrou ontem a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda que altera dispositivos constitucionais relativos ao sistema financeiro nacional e acaba com o limite de 12% para a taxa anual de juros.

Emenda de redação do senador Pedro Simon (PMDB-RS), pedindo que se mantenha no texto a meta do desenvolvimento equilibrado do país, fez com que a matéria voltasse para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para apresentação de parecer.

Presidindo a sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) anunciou que

a matéria constará da Ordem do Dia do dia 9 de junho, para votação. Ao justificar a emenda de redação, Pedro Simon alegou que seguramente houve um equívoco ao retirar-se do artigo 192 da Constituição a manifestação de princípio que expressa que o sistema financeiro nacional deve ser "estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade".

Em seguida, o plenário votou cinco requerimentos sobre adiamento de votações. Foi adiada para 5 de agosto a votação dos requerimentos do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que



Emenda de plenário do senador Pedro Simon obrigou o retorno da matéria à CCJ

pedem a audiência da CCJ e da Comissão de Assuntos Econômicos em projetos de lei que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarros e de bebidas alcoólicas.

## Diretor da Volks: acordo está próximo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o vice-presidente da Volkswagen do Brasil, Miguel Jorge, que transmitiu ao senador informações sobre a iminente conclusão de um novo acordo destinado a garantir ao setor automotivo a estabilidade de emprego e de preços. Antonio Carlos ajudou no fechamento do primeiro acordo para o setor, no início do ano.

Segundo Miguel Jorge, o novo acordo entre montadoras, trabalhadores e governos federal e estaduais deverá permitir uma estabilidade de 120 dias no emprego, além de uma estabilidade de 90 dias para os preços dos veículos. A expectativa é de que os entendimentos possam ser concluídos até hoje.



Miguel Jorge conversa com o senador Antonio Carlos sobre o acordo automotivo

# Reunião conjunta decidirá o que fazer com precatórios

Roberto Freire teme que Pernambuco venha a pagar, no próximo dia 1º, a segunda parcela dos títulos emitidos no governo anterior. Assunto é debatido na CCJ, que decide promover reunião conjunta com a CAE na terça-feira



Moreira Mendes disse que a privatização da Eletronorte tem provocado incertezas na região

## Moreira pede adiamento da privatização da Eletronorte

O adiamento da privatização da Eletronorte foi sugerido ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Segundo ele, a privatização tem provocado incertezas na sociedade amazônica e o adiamento é necessário até que o papel social da empresa na região tenha sido cumprido. O senador também não concordou com o modelo de privatização proposto pelo governo federal.

– A sugestão que ofereço é a de se instituir um novo modelo. Ele seria constituído com a fusão das unidades de negócios da Eletronorte atuantes nos estados que perderem a indubitável competência técnica e gerencial da empresa – afirmou.

Moreira Mendes disse que o modelo de privatização proposto pelo governo foi elaborado de modo que as empresas concessionárias estatais, tanto federais quanto estaduais, possam se desvincular da estrutura do Estado, deixando suas atribuições e os ônus de investimentos necessários à expansão do atendimento e à demanda de energia elétrica por conta e risco da iniciativa privada. Este modelo, de acordo com o senador, se aplicado à Amazônia nos mesmos moldes do Centro-Sul, será inviável a médio prazo. “Perversamente concentrador de propriedade, não atenderá às necessidades do desenvolvimento e penalizará as populações regionais com uma carga insuportável de adicionais tarifários”, observou.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) observou que todos têm a convicção de que a Eletronorte não é apenas uma geradora de energia elétrica, mas uma indutora de desenvolvimento para a Amazônia. O senador manifestou sua opinião contrária à privatização da empresa.

Mesmo sem estar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto de resolução que permite o refinanciamento dos precatórios dominou as discussões na reunião de ontem. O presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), acatando sugestão dos senadores, comprometeu-se a conversar com o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), para realização de uma reunião conjunta sobre o tema, na próxima terça-feira.

O assunto foi levantado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), temeroso de que seu estado venha a pagar, no próximo dia 1º, a segunda parcela de R\$ 260 milhões em precatórios emitidos pelo governo anterior. Os precatórios são previsões orçamentárias para pagamento, pelo poder público, de sentenças já transitadas em julgado. O caso foi inves-

tigado por uma CPI que apontou irregularidades na emissão dos títulos.

Freire lembrou que o parecer do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), estava pronto e a matéria poderia entrar em pauta. José Agripino explicou que o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), pedira algum tempo para conversar com sua bancada e apurar um possível consenso sobre a matéria.

### TRATAMENTO

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) lembrou que seu estado tem tido um tratamento diferenciado, já que fora o único a pagar a primeira parcela dos precatórios, vencida há um ano, no valor de R\$ 260 milhões. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) propôs que o projeto fosse relatado hoje, sendo concedida vista coletiva e realizando-se a votação em sessão extraordinária a ser marcada para amanhã.



José Agripino acatou a sugestão dos senadores e vai procurar Fernando Bezerra, da CAE

O senador Edison Lobão (PFL-MA) argumentou, porém, que não haveria tempo para votar o projeto até terça-feira que vem nas duas comissões – CAE e CCJ – e também no plenário, mesmo que

fosse acatada a proposta de Dutra.

Embora Fogaça não tenha feito a leitura do seu relatório, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) – que foi o relator da CPI dos Precatórios – leu o voto em separado que preparara. No voto, condiciona o refinanciamento à comprovação da legalidade na emissão dos precatórios. Também proíbe emissão de novos títulos pelas unidades da Federação que não tiverem seus precatórios refinanciados.

Requião argumentou que o assunto é mais sério do que parece, já que os títulos são nulos de direito. Citou súmula do Supremo Tribunal Federal (STF), que permite à administração pública anular seus próprios atos, desde que contenham ilegalidades. Requião disse que sugeriu a anulação aos governadores de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, e de Santa Catarina, Esperidião Amin.

## Osmar quer saber quem é portador

Na reunião da CCJ, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento que encaminhou à CAE solicitando ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, informações sobre a posição atual de todos os títulos de precatório considerados irregulares pelo Senado. Ele pretende saber quem são os detentores finais desses títulos, e os valores de cada um. Osmar quer informações, também, sobre todas as operações financeiras realizadas com esses títulos desde 1998 e as corretoras que as executaram.

– Tenho informações de que bancos compraram esses títulos com deságios

de até 85% – justificou o senador.

O requerimento de Osmar Dias foi elogiado pelo relator da matéria na CAE, senador José Fogaça. Ele afirmou que havia uma decisão política preliminar: o Senado Federal deveria deixar o problema para os governadores?

Segundo o relator, o projeto de resolução em vigor sobre o refinanciamento dos precatórios premia a “cadeia da felicidade”, como ficou conhecida a rede de corretoras que ganharam fortunas com a comercialização dos títulos. A questão será decidida na reunião conjunta entre as duas comissões.



Osmar Dias tem informação de que os bancos compraram títulos com deságio de até 85%

## Luiz Estevão recolhe subsídios e prepara substitutivo para a LDO

O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), já está preparando o substitutivo para a matéria, que deverá ser votada pelo Congresso até o dia 30 de junho. A votação deverá ocorrer antes do encaminhamento, pelo Executivo, do projeto do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003. Se forem mantidos os prazos normais das leis orçamentárias, o PPA 2000/2003 deverá chegar ao Congresso até o dia 31 de agosto, devendo tramitar junto com a proposta de orçamento para o ano 2000.

A LDO para o ano 2000 proposta pelo governo possibilita a modificação do or-

çamento anual, depois de aprovado pelo Congresso, por meio de qualquer ato do Executivo, sem a exigência de decreto, prevista na LDO de 1999.

Por esse motivo, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado estão sugerindo ao senador Luiz Estevão a modificação desse item. A proposta é que a LDO de 2000 passe a vigorar com a redação anterior, que estabelece a exigência de decreto para modificar o orçamento aprovado pelo Congresso.

Na proposta da LDO, o Executivo ampliou seu controle sobre os gastos com pessoal do Legislativo, do Judiciário e

do Ministério Público. De acordo com as consultorias da Câmara e do Senado, esse controle significa que o pagamento de qualquer gasto com pessoal não previsto na folha normal, inclusive ganhos relativos a decisões judiciais, deverá ser objeto de um crédito suplementar específico. “Inexplicavelmente, o projeto de LDO para o ano 2000 não contempla a mesma regra para o Poder Executivo”, conclui o estudo das consultorias que está sendo analisado pelo senador.

Outra modificação proposta pelo Executivo no projeto de LDO amplia a possibilidade para a concessão de subvenções sociais para entidades privadas sem fins lucrativos, de forma a atender instituições localizadas no exterior que tenham por objetivo a divulgação da cultura brasileira e do idioma português falado no Brasil. As consultorias da Câmara e do Senado chamam a atenção para o fato de que as entidades privadas localizadas no Brasil, mesmo com finalidade cultural semelhante, não são contempladas com as subvenções.

## Nabor ataca a injustiça nos impostos

Ao denunciar o que considera “injustiças fiscais” praticadas no país, sobretudo contra os trabalhadores assalariados, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) manifestou seu apoio ao relatório da Comissão da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados que analisa o depoimento prestado pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, na CPI do Sistema Financeiro.

Para Nabor Júnior, o relatório firma uma posição contra as injustiças já em seu cabeçalho, quando diz que os dados a respeito da sonegação fiscal no Brasil apresentados por Everardo Maciel evidenciam a necessidade de uma reforma do sistema tributário.

Como uma das alternativas para tornar mais justo o sistema tributário, Nabor Júnior citou a simplificação da estrutura das normas tributárias, o que contribuirá para ampliar a base de arrecadação e diminuir a carga dos tributos pagos pelos setores da sociedade que hoje são os mais prejudicados.

– A cada dia que passa, fica mais forte a certeza de que o caminho para recuperar a arrecadação de tributos e a saúde financeira do Brasil não passa, necessariamente, pelo arrocho redobrado aos salários dos trabalhadores e à pobre renda dos aposentados. O importante é eliminar as isenções, deduções, abatimentos, entrelinhas e outras malandragens acobertadas pela legislação vigente – opinou Nabor Júnior.



Nabor Júnior aplaude relatório da Câmara



Estevão está analisando sugestões das consultorias do Senado e da Câmara

# CPI admite investigar novos casos

Mas Ramez Tebet, presidente da comissão que apura denúncias sobre o Poder Judiciário, ressalta que decisão só será tomada na terça-feira por todos os senadores

Novos casos poderão ser investigados pela CPI do Judiciário. A informação foi dada ontem pelo presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), acrescentando que na próxima terça-feira os senadores decidirão quais das denúncias que têm chegado ao Senado serão investigadas:

– É certo que avaliaremos outros casos, mas não vamos abrir muitas frentes de trabalho. Entretanto, como presidente, não posso adiantar quais são esses casos – comentou Tebet.

Hoje, às 10h, a CPI ouve o ex-condutor do Consórcio Nacional Itapemirim, Antonio Carlos de Moraes, que irá prestar esclarecimentos sobre a situação patrimonial da empresa antes da

morte do seu proprietário, Washington Nominatto, em novembro de 1987. A CPI está investigando o inventário da herança deixada por Washington para seu filho, Luiz Gustavo Nominatto, que, segundo denúncias, teria sido lesado pelos administradores do espólio. Os senadores ouvem também o depoimento do advogado Joaquim Tomaz Lopes, que defendeu a mãe de Luiz Gustavo, Miramar Rocha.

Na segunda-feira, a comissão prossegue a investigação de denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, principalmente duran-



CPI ouve hoje, às 10h, o ex-condutor do consórcio Itapemirim

te a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994. Os senadores ouvem os juizes Ivan Dias Rodrigues Alves, Dóris Cas-

tro Neves e Amélia Valadão, que fizeram parte da Comissão Interna de Sindicância, criada pelo TRT-RJ para apurar os fatos.

## Donos da Incal serão chamados para explicar preços

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades no Poder Judiciário aprovou ontem, em reunião administrativa, a convocação dos proprietários da construtora Incal, responsável pela edificação da sede das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Correa Ferraz darão explicações sobre os indícios de superfaturamento na construção do prédio,

que permanece inacabado, mesmo já tendo consumido cerca de R\$ 230 milhões. A data dos depoimentos ainda não foi definida:

– Eles serão convocados, já que constatamos o superfaturamento e, portanto, não é crível que não se ouçam os responsáveis, até para lhes garantir o direito de ampla defesa – explicou o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Logo após a reunião, Tebet fez uma ava-

liação dos trabalhos da comissão. “A CPI avançou bastante e muita coisa precisa ser modificada. Há fraudes evidentes, por exemplo, nos tribunais do Trabalho da Paraíba e de São Paulo”, destacou o presidente da CPI. Com relação às denúncias de irregularidades no Tribunal do Trabalho da Paraíba, Tebet disse que “há fortes indícios de que o terreno adquirido pelo TRT foi superfaturado”. O senador informou que a CPI ainda complementará a análise da movimentação financeira

dos envolvidos.

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) disse que há indícios “de prática de nepotismo, com o objetivo de acobertar o dolo”. Ele também cita como exemplo de irregularidade no TRT-PB a compra do terreno. Agripino afirmou que a CPI deve analisar as medidas adotadas pelo Tribunal Superior do Trabalho para corrigir as irregularidades. “As medidas foram tomadas, mas com muita morosidade”, opinou.

## Garimpo retorna a Serra Pelada

A aprovação de um decreto legislativo na terça-feira pelo plenário do Senado, devolvendo aos garimpeiros o direito de trabalhar em Serra Pelada (PA), foi destacada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) como um ato de justiça que o Senado fez aos trabalhadores. Ele manifestou sua expectativa de que a matéria tramite com rapidez na Câmara dos Deputados:

– Esse decreto aprovado por unanimidade revoga um ato do governo federal que anulou o direito estabelecido aos garimpeiros. Eles foram expulsos para permitir que a Companhia Vale do Rio Doce fosse vendida junto com a mina de ouro de Serra Pelada, que tem reserva estimada em 150 toneladas – afirmou Ademir Andrade.

O decreto legislativo surgiu do relatório apresentado por uma comissão especial do Senado constituída para examinar a situação dos garimpeiros de Serra Pelada e avaliar a possibilidade de eles continuarem desenvolvendo o seu trabalho.

## Ademir quer mudar normas de transmissão de cargo para vice

Ao afirmar que a legislação atual que trata da substituição de prefeitos e governadores pelos seus respectivos suplentes está possibilitando uma “cassação branca” dos políticos eleitos como vices, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem a apresentação de proposta de emenda constitucional pela qual a transmissão de cargo, substituição ou sucessão do governador e do prefeito ocorrerá imediatamente após a ausência, impedimento ou vacância dos titulares.

O senador pelo Pará estimou que a maioria das câmaras municipais do país aprovou em suas leis orgânicas dispositivos estabelecendo que os vice-prefeitos só podem assumir a prefeitura depois que o titular do cargo se ausentar por 15 dias consecutivos. Com isto, completou Ademir Andrade, a figura do vice praticamente deixou de existir.

Ademir Andrade registrou que o vice é sempre escolhido em convenção partidária e votado junto com o titular do cargo, quer seja prefeito ou governador. Ele acrescentou que espera que a sua emenda corrija um erro da Constituição de 1988, que deixou em aberto as normas para o vice assumir no lugar do titular do cargo:

– A não indicação expressa, no texto



Ademir: “Não indicação expressa do substituto legal pode ensejar crises institucionais”

constitucional, de quando deve ocorrer a transmissão do cargo de governador e prefeito para seu substituto legal pode ensejar crises institucionais. Por exemplo, se o vice se recusa a assumir para evitar os prazos de inelegibilidade; se o titular com ou sem respaldo jurídico se nega a transmitir o cargo; ou, ainda, se o Poder Legislativo, também por motivo justo ou injustificado, se nega a investi-lo no cargo – enumerou Ademir.

Como exemplos de municípios onde o

vice-prefeito está “impedido” de assumir na ausência do titular, Ademir Andrade citou os casos de Belém, Tucuruí e Almerim, todos no Pará. Na capital do estado, segundo o senador, o prefeito e o seu substituto, ambos do PT, estão vivendo uma divergência interna, que está fazendo com que o vice deixe de assumir nas viagens do titular.

Em Tucuruí e Almerim, Ademir Andrade registrou que, por fiscalizarem as ações dos respectivos prefeitos, por não concordarem com a realização de obras feitas sem concorrência pública nem com editais isentando ou reduzindo o pagamento de ISS, os vice-prefeitos, ambos do PSB, estão sendo impedidos de assumir a prefeitura na ausência dos titulares, já que a Câmara Municipal estabeleceu o prazo de 15 dias para a substituição.

### PRIVATIZAÇÃO

No início do seu pronunciamento, Ademir Andrade pediu para que ficasse registrado nos Anais do Senado um artigo assinado pelo jurista Saulo Ramos, publicado na edição de terça-feira do jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título *Somos todos babacas*. No texto, o jurista defende a instalação de uma CPI para investigar o processo de privatização brasileiro.

## Tuma elogia discurso de Celso de Mello

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu ontem a transcrição do discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, proferido em agradecimento à Ordem do Congresso Nacional, comenda que lhe foi outorgada na terça-feira, em solenidade realizada no Salão Branco do STF.

Tuma ressaltou que o discurso de Celso de Mello enalteceu a presença, na cerimônia, dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, emprestando, a esse gesto, um significado de “efetivo apreço do Congresso Nacional pelo Poder Judiciário federal”.

Em seu discurso, o ministro Celso de Mello disse estar recebendo a honraria em nome de todo o Poder Judiciário brasileiro. “Tenho certeza de que a intenção do gesto do Congresso Nacional foi reafirmar a convicção e a fé na essencialidade do convívio institucional harmonioso entre os Poderes do Estado.”

## Iris defende urgência para reforma política

“Não podemos perder essa oportunidade histórica”, afirmou ontem o senador Iris Rezende (PMDB-GO), ao defender a reforma política e pedir que se extinga a imunidade dos parlamentares nos atos não conexos com a atividade legislativa. Ele também defendeu o voto distrital misto, para assegurar o controle dos partidos sobre o mandato de seus filiados. Para o senador, só assim será possível a articulação política no Parlamento, viabilizando-se coalizões estáveis e a eficácia governamental.

O parlamentar lembrou que a reforma política é uma luta antiga da sociedade brasileira, e salientou que essa é a primeira vez que se dotará o país de uma legislação política consistente e duradoura, voltada para a modernização do Estado.

Para o senador, essa é a oportunidade que o Brasil precisa para “dar um basta ao clientelismo e aos interesses cartoriais, que infelizmente sempre reinaram impunemente em nossa cultura política”.

Iris Rezende propôs que a reforma política seja assunto de urgência nos trabalhos do Legislativo. Também sugeriu que o fortalecimento dos partidos e a fidelidade partidária sejam vistos como prioridade e votados em separado no âmbito da reforma.



Iris: chance para dar um basta ao clientelismo

## Agência Brasileira de Inteligência vai a plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu a votação do projeto do Executivo que cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Ontem, a CCJ rejeitou emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que pretendia retirar do texto dispositivo criando 111 cargos em comissão na estrutura da nova agência. O projeto será examinado ainda pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para depois ser submetido à deliberação do plenário. Já aprovado na Câmara, recebeu uma emenda do relator, aprovada pela CCJ, definindo a composição do órgão de controle externo da atividade de inteligência no país, que estará a cargo do Congresso Nacional.

O relator da matéria, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que a criação dos cargos é necessária, pois a agência poderá contar com corpo técnico especializado e eficiente para atender a sua estrutura, composta de 17 unidades nos estados, além dos órgãos centrais. Segundo Tuma, mesmo com a criação dos cargos, a Abin não atinge o limite de 10% de cargos comissionados, estabelecido em lei.

A emenda de Dutra, que obteve o apoio do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), mantinha apenas a cri-

ção dos cargos de natureza especial. Em debate sobre o assunto, o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que, em vez de criar cargos, a Abin deveria aproveitar o estoque de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS).

Freire e Dutra lamentaram que informações solicitadas pelos senadores não tenham sido prestadas pelo relator. Na opinião de Freire, a criação de cargos em comissão é uma contradição, já que, para atingir o limite de gastos com pessoal, a administração pública deve começar os cortes pelas comissões pagas aos servidores. Em resposta às observações sobre a questão, Tuma disse que não existem mais cargos em comissão em estoque no governo federal. O relator destacou a necessidade urgente de se criar a Abin para coibir atividades ilegais como a escuta telefônica, que, para ele, "está sem nenhum controle".

Além de criar a Abin, órgão central responsável pelo assessoramento direto do presidente da República, o projeto institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no país. Os órgãos e entidades que formarão o sistema também são definidos na proposta.

## Comissões aprovam criação do Ministério da Defesa

CRE e CCJ enviam ao plenário projeto que transforma atuais ministérios em comandos militares e redefine as suas atribuições

Em reunião conjunta, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovaram por unanimidade ontem pareceres favoráveis ao projeto de lei complementar que reorganiza as Forças Armadas no Brasil e cria o Ministério da Defesa.

A proposta, já aprovada pela Câmara e de iniciativa do Executivo, segue para apreciação do plenário.

Pela CCJ, o relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), destacou que dotar as Forças Armadas de uma estrutura eficiente é uma "necessidade premente e antiga":

— A experiência moderna conduz à certeza de que a capacidade de as Forças Armadas realizarem operações combinadas é um fator fundamental no êxito das operações militares e concorre para a economia dos meios empregados — afirmou.

Relator na CRE, o senador Pedro



Senadores aprovaram projeto sem modificar texto enviado pela Câmara dos Deputados

Piva (PSDB-SP) disse que a idéia contida na proposição é a de criar um Ministério da Defesa encarregado de "planejar o perfil futuro da defesa nacional em bases sustentáveis e promover um relacionamento ágil e harmônico com a sociedade". Os relatores não apresentaram emendas ao texto votado pelos deputados.

O projeto aprovado, além de criar o Ministério da Defesa, transforma os atuais ministérios (Marinha, Exército e Aeronáutica) em comandos militares e redefine as atribuições desses comandos. Segundo Piva, os objetivos da pro-

posta são a otimização da capacidade de defesa do país, a modernização e a racionalização das Forças Armadas, com a conseqüente redução das despesas.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) chegou a sugerir que fosse dada vista coletiva à proposta. Para ele, pontos como a criação da Agência Nacional de Aviação Civil, vinculada no projeto ao novo ministério, devem ser melhor esclarecidos. Mas o senador Romeu Tuma (PFL-SP) explicou que lei ordinária irá definir as estruturas de cada uma das Forças, assim como da agência proposta.

## Maldaner exalta advogados

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez ontem uma homenagem aos advogados do Brasil pelo transcurso do Dia do Advogado, comemorado em 19 de maio, lembrando os profissionais que enfrentaram o regime militar ao defender os presos políticos, citando Sobral Pinto, Heleno Fragozo, Evaristo de Moraes Filho e Modesto da Silveira. Para ele, além da tarefa de defensor público das liberdades públicas, outros papéis são desempenhados pelos advogados, entre os quais se destacam o de instrumento de acesso à Justiça e o de construtor do direito:

— O exercício da missão do advogado toca às raízes do sublime, quando visa à defesa do fraco contra os potentados, quando é exercida gratuitamente em prol do direito de pessoas miseráveis, quando traduz a irrestrita dedicação à causa da liberdade e da democracia. Em qualquer circunstância, porém, é sempre nobre essa profissão, pois seu exercício visa ao elevado objetivo de fazer triunfar o direito, a verdade e a justiça — afirmou Maldaner em sua homenagem.

## Eduardo anuncia início de programa de alfabetização

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) anunciou ontem o lançamento de um programa de erradicação do analfabetismo no estado do Tocantins, intitulado *ABC da Cidadania*, que pretende alfabetizar 160 mil cidadãos até o ano 2000. A cerimônia, a realizar-se em Palmas, será presidida pelo governador Siqueira Campos e contará com a presença do ministro da Educação, Paulo Renato.

Segundo o senador, o Tocantins é o estado brasileiro com o maior crescimento do PIB, 7,8% ao ano. "Esse desempenho nos permite sonhar com a efetivação da Universidade Federal do Tocantins e da Escola Técnica Federal, promessas antigas que agora certamente se realizarão. O desemprego ainda não conseguiu desmotivar o povo tocantinense, mas está bem claro que precisamos investir no ensino profissionalizante para manter o crescimento", afirmou.

Para o senador, a agricultura é a grande solução para o país. "O Tocantins, através do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodec), terá colaboração importante nessa política. A produtividade seria ainda melhor se o governo não fizesse essa 'verdadeira agiotagem oficial' pegando dinheiro vindo

## Suplicy pede empenho por senadora da Colômbia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento para que seja transmitida ao governo da Colômbia a preocupação do Senado brasileiro com respeito ao sequestro, por um grupo paramilitar de direita, da senadora Piedad Córdoba de Castro, ocorrido no último dia 21 de maio. "Solicitamos seu empenho no sentido de garantir o resgate da ilustre parlamentar com vida e boa saúde, o mais rapidamente possível", disse o senador.

Suplicy observou que a senadora tornou-se conhecida por suas atividades em defesa da melhoria da condição da mulher e dos direitos à cidadania:

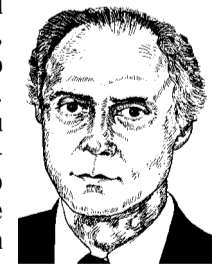
— Sua luta tem sido a mesma de todos nós na busca de um mundo mais justo — concluiu o senador.



Eduardo Siqueira Campos: orgulho pelo Tocantins estar lançando o programa

dos japoneses — que financiam 70% desse projeto — e repassando esses recursos a 30% para os agricultores."

Em aparte, Arlindo Porto (PTB-MG) disse que o futuro do Tocantins será brilhante. "Quando era ministro da Agricultura, tive oportunidade de conhecer bem o estado. O que está faltando, nesse momento, é ênfase no crédito educativo, porque o governo federal não tem condições de financiar o 3º grau de acordo com as necessidades da população", disse.



Eduardo Suplicy

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Unibiótica  
7h30 — *Especial Unip* — Psicoterapia — 2ª parte  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Saúde Todo Dia* — Basquete  
8h30 — *Jornal do Senado*  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Comissão de Infra-Estrutura (vivo)  
10h — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após — Comissão de Relações Exteriores (gravado)  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Patrocínio fala sobre programa de moradia para classes média e baixa  
19h — *Cores do Brasil* — Turismo no Maranhão  
19h30 — *Debate* — Os senadores Pedro Piva e Lúdio Coelho falam sobre a utilização de alimentos biotecnologicamente modificados, os chamados transgênicos  
20h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Patrocínio fala sobre programa de moradia para classes média e baixa  
21h — *Jornal do Senado*  
21h15 — *Debate* — Os senadores Pedro Piva e Lúdio Co-

elho falam sobre a utilização de alimentos biotecnologicamente modificados, os chamados transgênicos  
21h55 — *Senado em Pauta*  
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — "A voz do Brasil"  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste".  
Em seguida — Música e informação  
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste". Em seguida — Música e informação  
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste". Em seguida — Música e informação

# Aprovada jornada de seis horas para enfermeiros

Projeto do senador Lúcio Alcântara recebeu parecer favorável do relator e foi acolhido em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais. Caso não haja recurso, seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados

Projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) determinando que a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras não excederá a seis horas diárias e a 30 horas semanais foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria foi relatada favoravelmente pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e, caso não haja recurso para apreciação em plenário, irá imediatamente a exame da Câmara dos Deputados.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que a duração

normal da jornada de trabalho deve ser de oito horas diárias. Mas, lembrou o relator do projeto, existem algumas atividades que, por suas peculiaridades, não devem ser enquadradas dentro da duração normal de oito horas diárias.

Luiz Estevão observou que, por essa razão, a legislação atual já abriu exceção para profissionais como médicos e dentistas (quatro horas), jornalistas e músicos (cinco horas), além dos bancários e telefonistas, cuja jornada também é de seis horas, a exemplo do que agora se pretende para os enfermeiros.



Comissão de Assuntos Sociais aprova redução da jornada de trabalho de enfermeiros

## Osmar Dias defende reforma ampla da CLT

Depois de constatar que 50% dos projetos que tramitam na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tratam de alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seu presidente, Osmar Dias (PSDB-PR), propôs ontem que os senadores elaborem um projeto amplo de reforma da CLT.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apoiou a proposta de Osmar, lembrando que a legislação brasileira "está defasada". Esta também é a opinião do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Segundo ele, as mudanças ocorridas nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, tornam oportuna a proposta de Osmar Dias.

— A comissão deveria levantar essa bandeira e fazer uma reforma da CLT — conclamou Mozarildo.

Ele argumentou que o fato de o Congresso estar empenhado em realizar a reforma do Judiciário torna o momen-

to "ainda mais adequado para fazer as mudanças necessárias, de modo a atualizar a CLT".

### REQUERIMENTOS

A CAS aprovou ontem três requerimentos. Um deles, do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), propõe a criação da Subcomissão Permanente do Idoso; outro, do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), solicita a realização de audiência pública para um balanço da vigência da regulamentação dos planos de saúde, inclusive com a participação do ministro da Saúde, José Serra, que também falaria sobre derivados do sangue.

O terceiro requerimento, do senador Tião Viana (PT-AC), solicita que sejam ouvidos representantes do Ministério do Exército, da Justiça, dos fabricantes de armas e do Movimento Viva Rio, entre outros setores da sociedade, sobre o aumento do número de mortes causadas por armas de fogo.

## Publicidade de remédios e alimentos terá novas normas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em caráter terminativo, substitutivo do senador Antero de Barros (PSDB-MT) a projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) estabelecendo que produtos medicinais, alimentos, fórmulas, cosméticos ou qualquer outro tipo de remédios ou tratamentos que impliquem na ingestão de drogas e aplicações localizadas deverão exibir, de forma clara, nas peças publicitárias veiculadas pelos meios de comunicação, a expressão "registrado na Secretaria de Vigilância Sanitária". Deverá constar também da publicidade o número de registro do produto.

A iniciativa, justificou o senador, tem como objetivo dar um basta na propaganda enganosa e coibir a divulgação de "efeitos miraculosos" de alguns produtos vei-

culados pela mídia, como emagrecimento definitivo em poucos dias ou o fim da calvície, das estrias e da celulite.

— A propaganda e o comércio desses produtos movimentam cifras milionárias, mas os consumidores dificilmente obtêm os benefícios alardeados, revelando o caráter enganoso da publicidade — salientou Jucá.

O substitutivo mantém as penas previstas pela atual legislação (Lei n.º 9.695/98), por serem mais rigorosas do que as propostas pelo autor. Enquanto Jucá pretendia que os responsáveis pela fabricação ou comercialização do produto e pela veiculação da propaganda fossem penalizados com multas de R\$10 mil a R\$100 mil, a lei em vigor prevê multas de R\$20 a R\$ 200 mil.

## Índios pedem a ACM rapidez na votação de estatuto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem uma comissão de representantes dos povos indígenas brasileiros. Eles estiveram no Congresso Nacional para solicitar rapidez na aprovação do novo Estatuto do Índio, em tramitação na Câmara dos Deputados, e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que está na pauta da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Antonio Carlos prometeu empenhar-

se no atendimento das reivindicações, em especial quanto ao pedido de que o Estatuto do Índio esteja aprovado a tempo para as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em abril do ano que vem.

Jorge Terena, do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, entregou ao senador cópia de abaixo-assinado dirigido também ao presidente da Câmara, Michel Temer, solicitando prioridade no exa-

me do Estatuto do Índio, que regulamenta direitos garantidos pela Constituição de 1988.

A comitiva estava acompanhada pela líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), e pelo relator da Convenção 169 na CRE, senador Tião Viana (PT-AC). Como a visita não foi agendada previamente, o encontro acabou acontecendo no salão de cafezinho do plenário do Senado, quando o presidente chegou para presidir a sessão ordinária da tarde.



Antonio Carlos, com os senadores Marina Silva e Romeu Tuma, recebe representantes indígenas

## Alcântara anuncia comemoração do centenário da Fundação Oswaldo Cruz

Ao registrar que no dia 25 de maio do ano 2000 a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) completará 100 anos de existência, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) informou ontem que as comemorações pelo centenário envolverão uma série de eventos e começarão já a partir deste mês.

— Gostaria de destacar que a antecipação do início das comemorações do centenário da Fiocruz deve-se a um fato extremamente significativo: neste ano de 1999 estamos celebran-

do os 90 anos da descoberta da doença de Chagas, por Carlos Chagas, à época integrante da equipe do instituto, considerada um feito ímpar na história da ciência brasileira — afirmou o senador.

Alcântara informou que os nomes de Oswaldo Cruz e de Carlos Chagas serão reverenciados ao longo de todo um ano de comemorações, e parabenizou a equipe de cientistas e o presidente da Fiocruz, Elói de Souza Garcia, pelo trabalho que realizam.

O senador disse que graças aos esforços e dedicação dos pesquisadores da Fiocruz o Brasil ocupa atualmente uma posição de destaque no cenário científico latino-americano e mundial. Ele externou seu desejo de que, durante este ano de comemorações do centenário da fundação, as autoridades do país reflitam sobre a necessidade da modernização no campo social, nas políticas públicas de saúde e no setor de ciência e tecnologia.